



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Adm. Pública

para os devidos fins.

Em 26/11/24

Chagas

Concelção de Maria Lage Rodrigues

Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao Deputado SIMONE PEREIRA

para relatar.

Em 24/11/24

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Administração
Pública



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICA SOCIAL

PARECER nº

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 200/2024, que:

**DISPÕE SOBRE A JUSTIÇA DE PAZ NO
ESTADO DO PIAUÍ E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: DEP.

I – RELATÓRIO

Trata-se de proposição encaminhada através do ofício de nº 78753/2024 – PJPI/TJPI/SECPRE/SAIM, que tem como objetivo alterar o Projeto de Lei que dispõe sobre a Justiça de Paz no Estado do Piauí.

O Poder Judiciário do Estado do Piauí, aprovou o devido Projeto, através resolução nº 400/2024, em Sessão Plenária de caráter Administrativo, encaminhando o Projeto de Lei para análise desta Casa.

O presente projeto de lei busca instituir e regulamentar a Justiça de Paz no Estado do Piauí, definindo o mandato eletivo, os subsídios e as atribuições dos Juízes de Paz, bem como os procedimentos de eleição, investidura, impedimentos e vacância do cargo. Trata-se de uma regulamentação complementar que visa implementar o disposto no artigo 98, inciso II, da Constituição Federal, adaptando as especificidades para o contexto estadual e municipal do Piauí.

O texto contém disposições gerais sobre a Justiça de Paz, normas eleitorais, competências e remuneração, além de prever o funcionamento administrativo e orçamentário para viabilizar sua operação.

Vale ressaltar que o referido Projeto de Lei tramitou pela Comissão de Constituição e Justiça desta augusta Casa, obtendo parecer favorável quanto a sua constitucionalidade, chegando a esta Comissão para exame e parecer.

Av. Marechal Castelo Branco, 201
Bairro Cabral – CEP. 64000-810
Fone: (86) 3133 3022
Teresina – Piauí – Brasil



Examinando a questão passo a opinar.

II – VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, registra-se que após análise na Comissão de Constituição e Justiça, não se observou de qualquer situação de inconstitucionalidade formal ou material a combater, estando a proposição sob exame perfeitamente conformada as limitações formais e matérias, igualmente, anota-se que a técnica legislativa não demanda reparos.

O projeto de lei está em consonância com o artigo 98, inciso II, da Constituição Federal, que prevê a Justiça de Paz como órgão não jurisdicional, com atribuições conciliatórias e de celebração de casamentos. Além disso, as disposições do projeto respeitam o princípio da autonomia dos estados para regulamentar a matéria conforme os artigos 24 e 25 da Constituição Federal, observando as normas gerais previstas no ordenamento jurídico nacional.

O objetivo principal da proposta é regulamentar e estruturar a atuação dos Juízes de Paz no âmbito estadual, contribuindo para a formalização de casamentos civis, mediação de conflitos e outras atribuições correlatas. A proposta reforça o papel desse órgão como facilitador do acesso à cidadania, especialmente em localidades com menor alcance de serviços judiciais.

O projeto é claro ao estabelecer o vínculo dos Juízes de Paz com as serventias extrajudiciais de registro civil de pessoas naturais, delimitando suas competências e subordinando suas ações ao Poder Judiciário local, sem interferir nas atribuições de caráter jurisdicional.

A previsão de eleições, reeleições, suplência e requisitos para o exercício do cargo confere legitimidade e organização ao processo de escolha dos Juízes de Paz, assegurando a participação popular e a observância de critérios de elegibilidade.

O artigo 21 do projeto de lei estabelece que as despesas com os subsídios e funcionamento da Justiça de Paz serão incluídas no orçamento do Poder Judiciário. Essa previsão é essencial para evitar sobrecarga em outros setores e garantir a implementação gradual e sustentável da estrutura proposta.

**ALEPI**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

A proposta prevê que o Tribunal de Justiça regulamentará aspectos práticos, como as eleições e o funcionamento dos Juízes de Paz, o que é positivo, pois assegura flexibilidade e adequação às condições reais do Poder Judiciário do Estado.

Depois de analisada, verifica-se, portanto, que tal norma proposta pela Nobre Parlamentar, no mérito, atende aos critérios de conveniência e oportunidade, motivo pela qual entendendo que não há impedimento quanto a sua legalidade, juridicidade, regimental e técnica legislativa, minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.

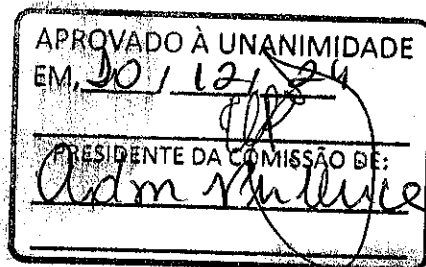
III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 27 de novembro de 2024.



DEP.

RELATOR